

# O rio, o homem, o drama

*The river, the man, the drama*

Fernanda Pacheco da Silva Huguenin\*

## Resumo

A bacia do Paraíba do Sul é historicamente marcada por desastres decorrentes de despejos de efluentes industriais. Interrupção do abastecimento de água e mortandades de peixe são fenômenos recorrentes desde que o processo de industrialização e urbanização se intensificou na região. O trabalho analisa, a partir do registro etnográfico, as consequências do desastre da Cataguazes de Papel, ocorrido em 2003, do ponto de vista dos pescadores de Gargaú, assentamento pesqueiro localizado na foz do rio. O artigo discute, dentro do campo da Antropologia, a vulnerabilidade ao risco e à desigualdade socioambiental de uma população de tradições do litoral fluminense.

**Palavras-chave:** Desastres ambientais. Bacia do Paraíba do Sul. Pescadores artesanais. Desigualdade ambiental.

## Abstract

The South Paraíba River Basin is historically marked by disasters generated from waste materials carried off by industrial sewers. The discontinuity of water supply to the population and the killing of fish are recurring events since the intensification of urban and industrial development. This essay analyzes, from an ethnographical register, the consequences of the Cataguazes Paper Industry's disaster in 2003, under the point of view of fishermen in Gargaú, a small village located in the mouth of the river. The work discusses, within the field of anthropology, the risk liability as well as the social and environmental inequality of the traditional northern coastline population of the Rio de Janeiro State.

**Key words:** Environmental disasters. South Paraíba Basin. Local fishermen. Environmental inequality.

---

\* Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília – UNB.

## Introdução

Perto do fim da quaresma do ano de 2003, os pescadores da Colônia Z1<sup>1</sup>, situada na região Norte-Fluminense, se preparavam para as vendas da Páscoa. Nas águas doces e salgadas, intensificavam a pesca na espera do lucro farto e habitual neste período. Uma grande quantidade e variedade de peixes era estocada e se somaria a outro montante ainda por ser capturado até as proximidades da Sexta-feira Santa. Naquele ano, porém, o então bispo da região, Dom Roberto Guimarães, com a devida autorização papal, permitiu que os fiéis católicos consumissem carne vermelha durante os festejos pascais. Não se tratava, no caso, de insubordinação aos preceitos evangélicos, desobediência à tradição religiosa ou simples condescendência pecaminosa. Mas, antes, de uma medida inusitada diante do extraordinário: a contaminação das águas e a mortandade dos peixes do rio Paraíba do Sul a jusante de seu encontro com o rio Pomba, e dos peixes de águas salgadas numa extensão de cerca de 200 km nas proximidades da foz. Essa contaminação advinda de um dos piores desastres já ocorridos naquele ambiente: o derrame aproximado de 1,2 bilhões de litros de resíduos tóxicos pela indústria mineira Cataguazes de Papel.

No Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes, principal escoadouro da produção local<sup>2</sup>, pescadores e revendedores de peixes contabilizavam prejuízos diante de suas bancas entre galerias desertas. Os consumidores, assustados com a imagem negra das águas do rio, temerosos dos efeitos nocivos à saúde provenientes do consumo de pescado poluído e exonerados do pecado com endosso da autoridade religiosa, fugiram das peixarias para os açougues, aviários e supermercados. Em plena Semana Santa, os peixeiros eram rondados pela falência. Desesperados e aflitos, organizaram um protesto sem precedentes. Fecharam a rua Tenente Coronel Cardoso, principal via de acesso às bancas de peixe, e ofereceram à população uma grande moqueca pública em sinal de protesto e como prova de adequação dos seus produtos para o consumo. Afirmavam alguns que o peixe disponível para venda naquele período estava estocado e, portanto, fora pescado antes do desastre. Outros diziam que o pescado era provenientes de regiões não atingidas pela ‘mancha’, como Lagoa de Cima e Ponta Grossa dos Fidalgos. Para os consumidores, no entanto, a credibilidade do produto não se restabeleceria apenas pela “palavra” dos mercadores – moeda das relações em meios mais tradicionais, substituída, na modernidade, pelos laudos da Ciência.

<sup>1</sup> A Colônia de Pesca Z1 tinha cadastrados, então, um total de 873 pescadores de Gargaú, Santa Clara, Cacimbas, Sossego, Sonho, Guaxindiba, Buena, Amontado, Guriri, Lagoa Feia, Lagoa Doce e Barra de Itabapoana, todos assentamentos pesqueiros localizados no Norte-Fluminense.

<sup>2</sup> O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes atende fregueses desta cidade, de seus distritos e de municípios vizinhos como São Francisco do Itabapoana e São João da Barra, sendo impossível estimar o número de pessoas que por lá passam diariamente, assim como o volume de negócios realizados. As bancas de peixe localizam-se na parte externa do Mercado, junto à rua Tenente Coronel Cardoso, antiga rua Formosa. São cerca de 37 boxes separados por corredores estreitos onde cada peixeiro expõe o pescado, pesando-o e limpando-o na presença dos consumidores. Os peixes, em geral, vêm de regiões como Gargaú, Atafona, Farol de São Tomé, Guaxindiba, e Barra do Itabapoana. As espécies mais vendidas são: pescada, tainha, namorado, badejo, robalo, tilápia, traíra, cação, pescadinha, xaréu, olhete, bagre e corvina. A oferta depende de vários fatores como época do ano, condições do mar, quantidade de barcos envolvidos, transporte, etc. Os preços também oscilam de acordo com as mesmas condições.

As bancas do mercado permaneciam vazias e toda a produção estragara no decorrer do tempo. Longe das cidades e dos mercados, os pescadores de diversos assentamentos começavam a enfrentar o ócio forçado. Os peixes agonizavam nas margens do rio e nas areias das praias. Não havia (e por muito tempo depois não haveria) o que pescar. Este artigo descreve o presente etnográfico do desastre, segundo a percepção dos pescadores do assentamento pesqueiro de Gargaú, distrito do município de São Francisco do Itabapoana, localizado na margem esquerda do delta do Paraíba. A partir de suas narrativas sobre os danos decorrentes da poluição, discuto o ponto de vista nativo a respeito do drama por eles enfrentado com a “passagem da química” nas águas, fato que pode ser interpretado à luz da concepção de desigualdade ambiental, isto é, quando desigualdades sociais são reproduzidas na relação do homem com a natureza. Além disso, problematizo o papel do Estado quanto à desregulamentação ambiental na bacia do Paraíba e na política desempenhada no pós-desastre.

## **O Rio**

O Paraíba do Sul nasce na Serra da Bocaina, no estado de São Paulo, da confluência dos rios Paraitinga e Paraibuna, que têm seus cursos direcionados para o Sudoeste ao longo dos contrafortes interiores da Serra do Mar. Já formado, prossegue na direção Oeste, quando, barrado pela Serra da Mantiqueira, inverte seu rumo para o Nordeste e, mais adiante, para Leste, até a sua foz, no oceano Atlântico, entre a praia de Atafona, em São João da Barra, e os manguezais de Gargaú, em São Francisco do Itabapoana, ambos municípios da região Norte-Fluminense.

Compõem a bacia do Paraíba os rios Jaguari, Paraibuna, Pirapetinga, Pomba e Muriaé pela margem esquerda, e os rios Una, Bananal, Piraí, Piabanha e Dois Rios pela margem direita, abrangendo uma área de drenagem de aproximadamente 55.500 km<sup>2</sup>. Em uma extensão total de 1.100 km, a uma altitude média de 370 m, o rio atravessa três estados brasileiros – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A área coberta pela bacia em cada estado é nas proporções de 20.900 km<sup>2</sup>, 13.900 km<sup>2</sup> e 20.700 km<sup>2</sup>, respectivamente. Pela abrangência territorial no condomínio destes três estados, o Paraíba é um rio federal. Sua diversidade geográfica permite classificá-lo em 4 categorias:

- Curso Superior: a uma altitude de 572 m, declividade média de 4,9 m/km e extensão de 317 km, este trecho está situado entre a nascente e a cidade de Guararema (SP).
- Curso Médio Superior: compreende uma extensão de 208 km entre Guararema (SP) e Cachoeira Paulista (SP), a uma altitude de 515 m e declividade média de 0,19 m/km.

- Curso Médio Inferior: a uma altitude de 20 m e declividade média de 1,0 m/km, este trecho compreende uma extensão de 480 km entre as cidades de Cachoeira Paulista (SP) e São Fidélis (RJ).
- Curso Inferior: numa declividade média de 0,22 m/km, este trecho está situado entre São Fidélis (RJ) e São João da Barra (RJ), com extensão de 95 km.

Ao longo desse percurso, abastece cerca de 14,3 milhões de pessoas, incluindo 8,7 milhões da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, já que aproximadamente 2/3 de suas águas são desviadas para a bacia hidrográfica do rio Guandu através da represa Santa Cecília, localizada em Barra do Pirai (RJ). Apenas para o abastecimento doméstico, o rio fornece um volume de água de 64 mil l/s, contra 14 mil l/s destinados para o uso industrial e 50 mil l/s para o uso agrícola. O Paraíba gera, ainda, 1.412 *megawatts* em 119 usinas hidrelétricas e possui 4 reservatórios: Paraibuna, Jaguari e Santa Branca, localizados no estado de São Paulo e a Represa do Funil, situada entre os municípios de Itatiaia (RJ), São José do Barreiro (SP) e Areias (SP).

Suas margens têm sofrido um intenso desmatamento para a formação de pastos ou campos agrícolas, o que vem ocasionando erosão e, por conseguinte, o assoreamento do rio. Somam-se a este fato, a elevada extração de areia e a ocupação desordenada das populações ribeirinhas nos núcleos urbanos. Estes fatores explicam a diminuta taxa de 11% de cobertura vegetal de florestas nativas da Mata Atlântica que ainda resistem nas bordas. Estima-se que o Paraíba tenha uma fauna cuja biodiversidade compreende 169 espécies, sendo 115 nativas de água doce, 38 nativas de águas marinhas e 16 espécies introduzidas. Segundo um estudo desenvolvido no Museu Nacional (UFRJ) em 2004<sup>3</sup>, por causa das altas taxas de poluição em parcelas do rio, alguns tipos de peixe que vivem próximo aos sedimentos, como o cascudo (*Hypostomus affinis*), têm apresentado alterações em seu fenótipo provocadas pela contaminação das águas com hidrocarbonetos aromáticos polinucleares, em especial, o benzopireno, gerado nos processos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda (RJ). Estas anomalias são, em geral, a inexistência ou deformação de nadadeiras, barbilhões nos olhos, neoplasmas e lesões cutâneas. A fauna sofre, ainda, com a pesca predatória que tem ameaçado espécies como o camarão pitu (*Metanephrops rubellus*), o robalo (*Centropomus paralelus*) e a lagosta (*Panulirus sp*).

Em alguns trechos, a qualidade das águas supera, em muito, os índices 'aceitáveis' de poluição. Por dia, o Paraíba recebe um bilhão de litros de esgoto doméstico, sendo 90% in natura; 7 toneladas de resíduos industriais, além de 53% do lixo produzido nos núcleos urbanos localizados ao longo da bacia e despejado em 20 lixões instalados em suas margens.

<sup>3</sup> Cf. Jornal O Globo, na série de reportagens sobre o rio Paraíba do Sul veiculada entre 11 e 18 de março de 2004.

*O rio recebe resíduos industriais e domésticos, a maioria sem nenhum tratamento. De acordo com estudos anteriores realizados na porção média do rio, assim como em alguns de seus afluentes (rios Paraíba, Pomba e Muriaé), a contaminação com metais pesados tem sido relatada. A principal origem desses poluentes são efluentes industriais, resíduos urbanos e atividades de mineração de ouro em alguns afluentes (rios Pomba e Muriaé) (RESENDE, 1999, p. 682).*

Assim, do ponto de vista ambiental, o Paraíba tem se transformado, desde a segunda metade do século XX, em um ‘paraíso de poluição’ (*pollution heaven*), principalmente, para o setor industrial. Por sua acelerada degradação, ele foi o locus de um projeto pioneiro de taxação pelo uso das águas, previsto na lei nº 9.433 de 1997. Segundo o CEIVAP (Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul)<sup>4</sup>, há cerca de 200 usuários, entre indústrias e propriedades agrícolas, pagando pelo recurso desde 2003. A arrecadação estimada é da ordem de R\$ 12 milhões, que estão sendo investidos em obras e ações de planejamento e gestão, como a instalação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) e obras de controle de erosão.

Paraíba, na etimologia tupi, *pará* (rio, caudal) e *ahyba* (ruim), significa “rio imprestável” (SOUZA, 1927). A designação indígena do Paraíba do Sul parece ter antevisto sua condição atual. O rio transformou-se num enorme depósito de toda sorte de resíduos e num reservatório de águas cada vez menos potáveis. Sua sustentabilidade está em xeque, não apenas pelo estrago já feito, mas pela desafeição das gerações atuais.

*Não havendo possibilidade de experimentar suas águas, o rio perdeu o elo afetivo com os piraquaras mais jovens que poderiam conservá-lo ou transformá-lo em cenário constante de prazer e de qualidade de vida. Tornou-se o rio de minha infância um rio do descaso, do desprezo. Passou a ser despercebido por gerações que não desfrutam das sensações prazerosas que os banhos de rio, os jogos de vôlei, as peladas nas areias de suas margens, por ocasião das secas nos meses de julho a setembro, ofereciam-me e a todos os adolescentes e adultos, indiscriminada e democraticamente, como condiz a uma bela paisagem natural, diferentemente das belezas construídas pelos homens, quase sempre excludentes e seletivas (MAIA, 2003, p.10).*

O rio agoniza. E dele dependem não apenas os habitantes do Sudeste para o abastecimento público de água, nem somente o setor industrial e agrícola para a produção, mas vários assentamentos pesqueiros onde residem, ligados de forma inextrincável com o ambiente, pescadores e suas famílias. Agonizam, pois, os ‘piraquaras’.

<sup>4</sup> Criado em 22 de março de 1996 pelo Decreto Federal nº 1842, o CEIVAP é constituído por representantes dos poderes públicos, dos usuários e de organizações sociais.

## O homem

‘Piraquara’, do tupi *pira’kwar*, significa pescaria e designa os habitantes das margens do rio Paraíba. Em sua *Onomástica Geral da Geographia brasileira*, Bernardino J. Souza define o termo da seguinte maneira:

*Alcunha com que se designam os moradores das margens do rio Parahyba do Sul, cuja ocupação predilecta é a pesca. Depois da vulgarização retumbante dos “Urupês” de Monteiro Lobato, passou a ser applicado aos habitantes do interior do Brasil, como equivalente a capiau, tabaréu, caipira. Amadeu Amaral, que registra piraquara, define: “o habitante das margens do Parahyba”. Segundo Theodoro Sampaio, piraquara – de pirá e quara – é o buraco do peixe, a loca, confundindo-se muitas vezes com piraguara – o comedor de peixe, o pescador. Beaurepaire-Rohan aventa a hypothese de vir do guarany piraquá – pelle dura e, figuradamente, se aplica ao homem porfiado, tenaz, teimoso, qualidades estas que cabem perfeitamente aos que se entregam à pesca (SOUZA, 1927, p. 218).*

Da relação do ser humano com o meio que o circunda e no qual transforma a natureza e a si próprio surge, no âmbito do pensamento social brasileiro, tipos que representam não apenas um gênero de vida, mas a constituição do humano frente às disponibilidades da paisagem.

*O gênero de vida é o modo de relação entre o homem e a paisagem, tal como se constituiu ao longo da luta. Podemos dizer até que é a própria luta; ou, na série histórica, um estágio desta. Desse ponto de vista, revela-se como esta ‘associação íntima [que] assegura a exploração do solo’ é um modelo de apropriação, graças ao qual os grupos humanos arrancam à terra sua sobrevivência (MELLO & VOGEL, 2004, p.114).*

O ‘piraquara’, pois, é o homem que margeia o Paraíba debruçado em canoas, remos e redes na luta por uma ‘colheita’ imprevisível e incerta: o pescado. Este pescador encontrou maneira própria de estar na paisagem, criando um gênero de vida diferente e diversificado, muitas vezes, à margem da sociedade moderna. Entre os ‘piraquaras’ figuram personagens-tipo como o ‘Jeca Tatu’ de Monteiro Lobato e o ‘muxuango’ de Alberto Lamego, todos constitutivos do pensamento social brasileiro acerca do assentamento humano no Sudeste. Interessa-nos, pois, este último tipo, o ‘muxuango’, caracterizado em *A planície do solar e da senzala*, publicado em 1934.

Lamego narra o processo de ocupação da região litorânea fluminense desde a Guanabara até o Norte. Entre Campos dos Goytacazes e São João da Barra, relata:

*O certo é que temos a verificar aqui um antecedente histórico não de todo desprezível. Fracassada a primeira tentativa de colonização da terra campista – por Pero de Góis, em 1545, na foz do Itabapoana –, perto de cem anos esteve a donatária entregue à fúria dos corsários. Diz Augusto de Carvalho, na sua História da Captania de São Tomé, que as costas da região ficaram neste período impunemente entregues à sanha da pirataria anglo-saxônica. Nos sertões ao norte e ao sul, as flechas goitacás tapavam a comunicação entre as capitânicas limítrofes do Espírito Santo e de São Vicente. E menos heroicamente rude que o português, porém mais diplomata, venceu o pirata pela astúcia a animosidade do tapuia, captando-lhe a amizade. Bandos de aventureiros ingleses vieram fixar-se nela. Ali se ligaram com as mulheres do país – diz Southey – e com mais uma geração poderiam os anglo-tupis vir a ser perigosos vizinhos, se o governador de São Sebastião, seguindo o aferrado sistema de sua Corte, os não tivesse no quinto ano de sua residência atacado e exterminado. Os que escaparam à desapiadada guerra que os portugueses faziam a todo o entrepelo fugiram para o sertão e, ou foram comidos pelos selvagens, como se crê, ou viveram e morreram com eles, asselvajando-se também. [...] Escudando-nos nas leis hereditárias de Mendel, inquirimos por nossa vez: serão os dolico-louros sanjuanenses descendentes dos anglo-tupis ou, mais corretamente, anglo-tapuias de Southey? Os etnogenistas que respondam (LAMEGO, 1996, p.93-94).*

Ainda hoje, circulam nos municípios de São João da Barra, particularmente em Atafona e nas ilhas do Pessanha e da Convivência, e de São Francisco do Itabapoana, especificamente em Gargaú, muitas narrativas sobre naufrágios de grandes embarcações em tempos remotos. Nesta epopeia, fixou o europeu à costa, seduzido pela vida farta do ambiente cercado por águas doces, salobras e salgadas. Na gênese desta gente “dispersa nos areais costeiros por uma e outra banda da foz do Paraíba”, Lamego criou um tipo social, o ‘muxuango’, marcado pelo confronto da colonização e tangido pela resistência às debilidades suas e da própria terra.

O ‘muxuango’, pois, seria o europeu convertido em habitante da restinga, pescador por ofício e, também, sabedor do cultivo de raízes e da feitura de artigos de cerâmica. “O trabalho do muxuango é quase idêntico ao do índio: a pesca e a caça nas lagoas, a cultura da ‘mandiba’ e das abóboras, a indústria da farinha, a cerâmica e a cestaria primitivas, a criação em pequena escala (LAMEGO, 1996, p. 95). A fartura e, mesmo, a diversidade de produtos arrancados ou confeccionados como resultado do labor do ‘muxuango’ com a paisagem, afirma Lamego, deu origem a um dos mais notáveis eventos do interior da região Norte-Fluminense: a feira de Gargaú.

*A feira de Gargaú é um mostruário semanalmente aberto, uma completa exibição de seu labor. A afamada farinha é o principal produto. Mas também compra-se, vende-se e ‘breganha-se’ do robalo fresco à tainha*



*seca, animais de sela e corte, gamelas e gaiolas, sabiás da praia e papagaios, redes, juquiás, puçás, cestas, tipitis, jacás, arupemas e panelas de barro, esteiras e samburás, cordas e artefatos de couro (LAMEGO, 1996, p. 93-95).*

A aparente prodigalidade da produção e do comércio, no entanto, escondia a frugalidade, a carência e o desabono desta gente. O ‘muxuango’, na tipificação de Lamego, é o europeu deprimido pela hostilidade do meio – o deserto da restinga – condenado a definhar, a tornar-se um “resíduo étnico”, a vencer-se pela “verminose”, pelo “paludismo” e pela “anquilostomiase”. É um derrotado de “face pálida e inexpressiva”.

Lamego, como um dos fundadores do pensamento social brasileiro na vertente fluminense<sup>5</sup>, não escapa à idealização do mestiço postulada à época, entre outros, por Gilberto Freyre em *Casa grande e senzala* (1933). Ao contrário do ideal de branqueamento da população que fervilhou nos fins do XIX, a mestiçagem é tomada como elemento positivo da constituição do brasileiro. Nesta antropogênese, o mestiço, depositário da interseção das três raças, é um “forte”, tal como o sertanejo de Euclides da Cunha em *Os sertões* (1902). Por isso, o ‘muxuango’ de Lamego tem seu contraparte: o ‘mocorongo’.

O ‘mocorongo’ é o mestiço assentado no interior fluminense, nas matas e nas montanhas, advindo na esteira dos engenhos e cafezais dos séculos XVIII e XIX e, adiante, das “senzalas desmornadas”. Enquanto o ariano se deteriorava nas restingas, o mocorongo, na perspectiva lameguiana, naturalizava-se no meio e se tornava uma promessa, “um embrião que germina”, “resistindo ico à absorção do meio”.

*A terra sendo rica e pródiga estimula o mocorongo. Mas requer energia. Só o forte derruba. Só o decidido enfrenta o isolamento da floresta e da montanha. O café animador compensava-lhe os esforços. Sustentam-no o milho, o arroz, o feijão e a caça. Os sobejos da colheita vendem-nos na próxima estação, na venda ou pilação afreguesadas (LAMEGO, 1996, p.96).*

Os personagens-tipo de Lamego – ‘muxuango’ e ‘mocorongo’ – remontam à saga da conquista dos territórios brasileiros por indivíduos que, “sem o impulso dos governos indiferentes, e sem o amparo das leis imigratórias”, puderam salvar-se antes pela teimosia. O ‘muxuango’, no entanto, ficou estagnado no meio adverso. O ‘mocorongo’ resistiu não apenas ao ambiente, mas como projeto da gente brasileira: mestiça, antes de tudo.

<sup>5</sup> A respeito de Alberto Ribeiro Lamego, escreveu Oliveira Viana no prefácio da primeira edição de *A planície do solar e da senzala*: “Lamego Filho trai nele o poeta que se fez homem de ciência, o autor de versos e o engenheiro de minas. Evocando o passado ou descrevendo o presente, revela-se, evidentemente, um escritor de estirpe, um colorista, cheio de largas provisões de tintas. Há talvez, em alguns trechos, algo denunciando inegáveis influências da técnica euclidiana; mas é, sem dúvida alguma, um escritor de raça, dos verdadeiros, dos autênticos, com o senso do traço dominante, do relevo, do movimento, da notação pictórica do ambiente”.



O registro destes tipos sociais interessa-nos aqui como uma referência à gênese, ao modo de vida e à personalidade dos gargauenses, segundo a visão de um engenheiro preocupado com o ambiente e a população local. Mas à tipificação opõe-se à fidedignidade, cercando-se de essencializações e exageros. E, por isso, Lamego pode ser situado como um narrador marcado pelas assertivas de uma época em que, paralelamente, a Antropologia e a Geografia Física estavam permeadas pelas premissas evolucionistas de Darwin e Mendel. Some-se a esse aspecto o compromisso ideológico de reconstrução identitária do brasileiro através da valorização do mestiço. Como tipologia das gentes, as personagens de Lamego representam modelos datados de certas características da população fluminense que, doravante, podem servir-nos de inspiração para o entendimento dos dias atuais.

Gargaú está localizada na margem esquerda da foz do rio Paraíba do Sul. Entre os braços do rio que formam o maior manguezal do estado do Rio de Janeiro, as lagoas e o mar Atlântico, a pesca e a cata tornaram-se a principal atividade da população local, sendo a base da economia do assentamento, somada ao turismo nas temporadas de verão. O *modus vivendi* dos gargauenses remonta às características das chamadas populações tradicionais, o que significa que suas interações com o tempo e com o espaço diferem, em parte, dos cânones modernos. O veio tradicional da vida em Gargaú perpassa, fundamentalmente, a relação dos pescadores e dos catadores com o espaço – a natureza como fonte de sua produção direta – e com o tempo – a associação entre ritmos naturais e ritmos sociais. “As sociedades tradicionais, através de suas instituições sociais (família, relações de parentesco etc) exercitam uma forte interação, que chega em muitos casos a ser simbiótica com a natureza e seus recursos naturais renováveis, a partir do qual constroem seu próprio modo de vida” (MANSANO, 1998). Assim, as atividades dos gargauenses e os meios materiais e simbólicos que delas advêm compõem o que Pierre George definiu como *genre de vie*:

*Designa na obra dos geógrafos franceses do início do século XX o conjunto de formas materiais de existência de grupos humanos vivendo em economia fechada ou semi-fechada, caracterizada por um tema fundamental de atividade vital: gêneros de vida pastorais, gêneros de vida de pesca e de caça ou de coleta, ou pela associação estreita desta economia com um meio geográfico de produção: gênero de vida dos rizicultores extremo-orientais, gênero de vida montanhese, etc (GEORGE, 1970, p.201).*

A dependência do meio e do ciclo natural para a realização das atividades de trabalho dos pescadores define este *genre de vie*, em parte, dissonante da modernidade. Ao não se adequar ao ‘tempo do relógio’ e, ao contrário, formular seu percurso temporal em associação com a natureza, os pescadores, por vezes, são vistos pela sociedade

moderna como preguiçosos, indolentes e mentirosos, quando em plena segunda-feira, em razão de um vento desfavorável à pesca, podem ser vistos desfrutando da rede indígena, de um jogo de cartas ou de um bate-papo no bar. Ou, para manter o segredo de um ponto pesqueiro, contam histórias um tanto ‘fantásticas’, a respeito de uma incursão no mar. Mas, na intimidade com o ambiente, essencialmente, estão os pressupostos de um gênero de vida tradicional.

A vida social do pescador é um movimento cíclico tal como representado pelos biólogos com relação aos seres vivos. Quanto mais recorrente for esse ciclo, isto é, quanto mais tradicional, mais semelhança guardará com os ciclos naturais, como as fases lunares, as estações do ano, as épocas da postura de peixes e tartarugas, o movimento das marés, etc (SILVA, 1989, p.47). No entanto o tradicional não configura o isolamento. No mundo globalizado, as relações entre diferentes grupos e diferentes sociedades tendem a se estabelecer principalmente por meio do mercado.

Assim, embora os assentamentos pesqueiros, de modo geral, não reflitam os gêneros de vida da modernidade, sua relação com a sociedade moderna é estreita, na medida em que o produto de suas atividades – o pescado – não é produzido numa economia exclusivamente doméstica, mas em larga escala, sendo escoado em nível regional e nacional. O *genre de vie* tradicional, portanto, é sempre relativo às possíveis interfaces com o mercado ou com atividades de outra natureza que os indivíduos possam estabelecer.

## O drama

Desde a segunda metade do século XX, veículos de comunicação brasileiros, amparados em dados oficiais ou em depoimentos de moradores ribeirinhos e pescadores, denunciavam a crescente degradação do Paraíba. Figuravam manchetes bombásticas em que o rio aparecia como “um grande esgoto”, “o rio condenado”, “o rio ameaçado”, “o rio agonizante”, “o rio de águas mortas”, etc. Previsões de sua morte eram estimadas sempre que ocorriam mortandades de peixe. Essas narrativas evidenciavam o processo de industrialização e urbanização que se iniciava na bacia, ocorrido em um período histórico em que as questões referentes ao meio ambiente ainda não estavam consolidadas nas agendas políticas, e que permitiu que o rio fosse utilizado como depósito de diferentes fontes de poluição (industrial, doméstica e agrícola) sem qualquer controle efetivo do poder público. Ao contrário, o modelo de desenvolvimento desempenhado contou com incentivos, como a isenção de alguns impostos e a permissão para captar águas diretamente da fonte. Sem uma legislação consistente a respeito dos recursos hídricos<sup>6</sup>, e tampouco sobre crimes ambientais<sup>7</sup>, o Paraíba ficou à deriva, sem qualquer proteção

<sup>6</sup> Vigorava então apenas o Código de Águas, decreto 24.643, de 10 de julho de 1934.

<sup>7</sup> A lei 9.605 de crimes ambientais data de 12 de fevereiro de 1998.

contra o uso indiscriminado de suas águas, bem como de sua utilização como escoadouro dos mais diversos resíduos dos meios urbano e rural.

Por consequência, diversos episódios de derramamento de efluentes industriais ocorreram na bacia. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), a partir da década de 1980, houve quatro desastres ambientais de maior escala: o rompimento da barragem de lama tóxica da Cia. Paraibuna de Metais, no rio Paraibuna, em 1982; o acidente rodoviário, ocorrido em 1984, em que um caminhão despejou 30 mil litros de ácido sulfúrico no rio Piabanha; o vazamento de 150 litros de ascarel, contidos em 3.000 litros de água utilizada para apagar o incêndio de transformadores na Thyssen Fundições, em 1988; e o rompimento da barragem da indústria Cataguazes de Papel, que despejou no rio Pomba cerca de 1,2 bilhão de litros de rejeitos químicos, subprodutos da fabricação de papel<sup>8</sup>.

Diante deste quadro, a pesca no rio tem um largo histórico de interdições, seja por mortandades de peixe, seja por contaminação dos mesmos. Por isso, em qualquer conversa com pescadores, surgem narrativas de insucesso, fracasso e escassez quando de suas incursões, sempre contrapondo o ‘antigamente’ e o ‘atualmente’, como nas palavras de um interlocutor de Gargaú: “Antigamente nós pegava tonelada em uma pescaria, uma semana. Agora nós apanha tonelada em um ano”. As mortandades de peixe não se configuram num problema isolado, mas são os sintomas mais flagrantes de outros: a insalubridade das águas, a erosão das margens, o assoreamento de determinados trechos, etc. O extermínio do rio não é apenas um problema ambiental, no sentido mais estrito do termo, mas uma questão social, pois de sua integridade depende a vida desta e das futuras gerações do Sudeste brasileiro.

*O ambiente é assunto do homem, pois os perigos ambientais que ameaçam os ecossistemas ameaçam também os antropossistemas. A espécie humana está em perigo de extinção total ou parcial se não abrandar o crescimento exponencial da contaminação, da degradação e do envenenamento do ar, da água, do solo e dos alimentos, o que redundará em uma perda da qualidade de vida e amenidade das paisagens (VIDART, 1986, p.17).*

Problemas ambientais podem recrudescer problemas sociais, como a desigualdade. Na verdade, problemas ambientais podem ser a pólvora de grandes dramas sociais. E ela foi acesa em Gargaú, como em toda região da bacia em seu curso médio e inferior, com o desastre provocado pela Cataguazes. Narro a seguir o drama dos gargauenses.

Pela televisão, os pescadores que estavam no continente e os gargauenses em geral souberam que, em pouco tempo, o Paraíba tornar-se-ia negro. Pelo rádio, os embarcados

<sup>8</sup> Segundo a ANA (2003), “o desenvolvimento industrial tem contribuído significativamente para a degradação das águas, em razão dos lançamentos de efluentes com as mais diversas constituições, representando, em muitos casos, as piores fontes de contaminação das águas e da biota aquática da bacia”.

receberam o aviso e começaram a retornar. À medida que a ‘mancha’ seguia em direção a Gargaú, todos acompanhavam atentos as notícias de seu deslocamento, levantando suspeitas e suposições acerca do que aconteceria com o rio e com o mar na região.

O inevitável acontecera cerca de cinco dias depois que a barragem da Cataguazes estourou. No rio, nos seus braços e no mar, os efluentes tingiam de negro a paisagem. Toneladas de peixes “tontos”, agonizantes ou mortos desciam com a correnteza e se depositavam nas margens ou se misturavam na foz, junto da barra, com as ondas do mar. Ao negro das águas, somava-se o cheiro pútrido do morticínio.

Os danos sofridos pelo ambiente estavam, sobremaneira, visíveis, embora ainda não contabilizados. Não apenas as águas e os peixes padeciam. O ar tornara-se pesado, os olhos dos gargauenses ardiavam e a pele coçava ou empolava ao simples toque das areias e das espumas de poluição. “A gente não podia botar nem a mão na água. A água tava contaminada mesmo. Chegou a atingir essas águas. Levou mais ou menos vinte e oito dias essa água preta, fedorenta, que as crianças não podia botar nem o pé; botava, dava coceira; fora o mau cheiro de peixe depois morto”, disse Amarildo, pescador de água doce.

Como uma atenuação da cena, “Deus” direcionou os ventos para o mar, ‘mandando um Sudoeste’, fenômeno não muito habitual em Gargaú, onde a corrente predominante é Nordeste, de modo a resguardar o continente da “poeira” de poluição, garantiu Chamego, pescador e catador :

*Deu um lodo aqui na praia; fomos andar na beirada da praia eu e ela [referindo-se a Zenaide, sua esposa]. Eu mostrei pra ela aquela espuma. A nossa sorte que Deus mandou um Sudoeste, muito vento, aquela espuma ia fazer tipo uma poeira; jogar pra nós; era capaz de atingir a vista de muita gente [...]. Aquilo ali com o Sudoeste, ela [a espuma] batia e saía aquela poeira pra água. Se ela bate, se vem o vento do mar pra terra, vinha pra nós, prejudicava nossas vista.*

E Zenaide, catadora e companheira de Chamego na pesca, ratificou a opinião do marido, preocupada, como as mães das crianças gargauenses:

*Têm muitas criança que estava na beira da maré; no rio, onde atingiu, ficou cheia de mancha no corpo. As mães teve que correr, porque quando foi avisar [os veículos de comunicação], as criança tava na água. Eu mesmo não botei o pé na água. Fiquei com medo.*

A cena da mortandade dos peixes marcou a vida dos assentados de forma inesquecível. Não há quem não tenha histórias para contar sobre aqueles dias. Antes da chegada da ‘mancha’, alguns pescadores tentaram fechar os canais de acesso aos

mangues. Frustrada a tentativa, depararam-se com a “lavagem das águas” que “limpou” o rio de seus peixes, conforme o relato de Vanderlei, pescador de mar:

*O peixe – o desastre foi muito grande! [...] Matou bastante peixe, bastante mesmo! Nós não podia andar no mar, no rio, nos riacho que os peixe tava tudo tonto e a perda também foi bastante; escasseou bastante peixe pra nós [...]. Devido o tanto que tinha de peixe no Paraíba. Acabou bastante e a gente tinha mais facilidade de apanhar o peixe e agora tá mais difícil, tanto no mar, quanto no rio, por conta desse desastre ecológico que deu; e pela fauna, também, que houve o desastre pela fauna. Pela fauna que foi nos nossos mangues, nos nossos pastos, pela forma que aonde ela [a mancha] invadiu, ela destruiu bastante, também a terra. Tem lugares que não produz mais. Produz não! Você vê que foi tão difícil, foi tão grave a coisa, que até os gados, morreu. Bastante gado! Foi o bagre, robalo, tainha, tainhota, que morreu mais. Também foi o piau. O piau era um peixe de muita facilidade a gente pescar ele. Hoje em dia, você não acha piau fácil mais. Esses peixes são os peixes mais que respiram. De vez em quando eles estão em cima d'água [...]. O bagre foi de um; foi o que mais morreu. A gente olhava ele por esse Paraíba nosso, pelas beirada: era de bater no barco, nas bateras, nas embarcações, de tanto que tinha. A gente olhava; dava uma tristeza tão grande no coração da gente, que a gente não conseguia nem olhar mais. Tinha um carro cheio de peixe morto. A área aqui nossa, todinha, tanto como aqui, pra lá, as carroça da prefeitura mandava apanhar; as carroça cheia.*

Caminhões e tratores trabalharam diariamente na retirada dos peixes mortos. Toneladas foram enterradas. Os gargauenses acompanharam a operação com muito pesar. Todo aquele pescado perdido poderia estar “malhado” em suas redes. A respeito, comentou uma senhora que acompanhava minha conversa com Vanderlei: “Isso aí, quem trabalha na prefeitura, eles trabalharam dois dias seguido tirando peixe na beira do mar; de fazer pena, a água pretinha. Bagre, xingó, até robalo! Tinha robalo deste tamanho assim [abrindo os braços]; tava aquela pilha”. O serviço público de limpeza, no entanto, não conseguiu retirar todos os animais mortos pelo desastre. Muitos cadáveres serviram de ‘banquete’ para os urubus.

Para alguns gargauenses, no entanto, o fato de os peixes estarem contaminados não se opunha ao seu consumo. Diante das “peças lindas”, do medo de adquirir o câncer tão amplamente anunciado nos veículos de comunicação e da falta de recursos para compra de outros produtos, venceram a necessidade e o hábito de alimentar-se das moquecas e das peixadas, como relatou Vanderlei:

*Aqui houve esse detalhe, aqui. Logo assim... no dia até no outro, o peixe começou a aparecer tonto, lerdo na água. Aí eles [os gargauenses] apanhava, apanhava e tinha gente que até apanhava e dizia assim: vou*

*tentar vender esse peixe. Chegava lá não conseguia vender. Voltava. Ai levava pra casa pra comer. Uns dizia: ‘- vai dar câncer em você, e tal’; ‘- Olha você não come esse peixe’. Mas quem queria saber de nada? Tinha gente que não queria saber disso. Num dia, após o outro, comeram o peixe.*

Chamego, por exemplo, embora repreendido por Zenaide, não resistiu a um piau que pegara entre os muitos os quais, arfantes, desciam o rio:

*Eu apanhei, na época da água rompendo aí, deu um peixe. Um piau grande. Ninguém quis comer. Eu apanhei, botei ele na geladeira e comi. Eu comi, meu cunhado comeu [...]. O povo que estuda a medicina diz que mais tarde vai dar câncer. O câncer tá largado aí, o câncer tá dando, o povo morrendo tudo...*

De fato, há muito não se via tanta fartura de peixes que, em fuga, procuravam a foz. Mas a pescaria, mesmo antes do desastre, dava “fracasso” e “prejuízo”. Os pescadores apontam duas razões principais para o declínio que a produção do pescado vinha sofrendo, mesmo antes da “passagem das águas”, da “mancha”, do “lodo” que “atingiu” o rio: a pesca predatória e a ação do “chupa-cabras”<sup>9</sup>.

É consenso entre os pescadores que o volume do pescado, principalmente o peruá, o robalo e o camarão pitu, sofreu um decréscimo nos últimos anos. A pesca com instrumentos como o puçá (rede cônica com círculo de arame na boca), de grande dimensão, acabou por capturar cardumes inteiros, sem que a população de peixes tivesse tempo de se restabelecer. Das toneladas anteriormente capturadas, restam apenas algumas unidades, que costumam ser devolvidas ao mar, menos por zelo do que por frustração do pescador. A respeito da pesca predatória em Gargaú, comentou Rosalvo, pescador do rio e do mar:

*Aqui [o mangue] é o berçário da natureza. Eles [os peixes] vão desovar aqui, vão crescer o tamanho mais ou menos aqui e vão embora de novo. O peixe tem que desovar onde bate a água do rio e do mar. O robalo vem descendo o rio até desovar aqui. Mas chega aqui, se sair 100%, quase chega aqui 10% pra desovar; que 90% nós apanhamos. O pescador vai apanhar. O robalo vai descendo, a gente vai apanhando. Tem que apanhar, que a sobrevivência nossa é apanhar o peixe pra vender. Não sabemos fazer outra coisa [...]. É muito bonito você ver o peixe, como a gente vê apanhar em São João da Barra, desse tamanhinho, o robalo, [e] saber que você vai ver ele com seis quilos, cinco quilos, [entretanto]*

<sup>9</sup> Embarcações que analisam possíveis reservas de petróleo no mar através de prospecção sísmica, isto é, através da emissão de sons. Na década de 90, os veículos de comunicação brasileiros divulgaram uma série de mortandade de animais no estado de São Paulo. Cabras, aves e bois foram encontrados sem sangue e mutilados em diversas propriedades. Os ataques foram atribuídos pela população a um ser extraterrestre, denominado “chupa-cabras”. Por analogia, os gargauenses utilizaram a metáfora para designar as embarcações de pesquisa petrolífera que atuam na costa da região Norte-Fluminense as quais, segundo a interpretação local, espantam os peixes.

*apanhar ele com cem gramas. Eu tenho a rede; não vou dizer a você que eu não tenho; eu tenho a rede, com a linha de quatro dedos, cinco dedos. Apanha só de meio quilo em diante. Eu sei que meio quilo é pequeno, ainda assim é pequeno, mas se só eu parar não vai adiantar. Quem destrói a natureza somos nós próprios. Na época que esse 'chupa-cabra' tava aí, ele prejudicou, não vou dizer que não prejudicou, mas quem destruiu mesmo foi o pescador.*

A afirmação de que as embarcações de pesquisa de poços de petróleo, os “chupa-cabras”, têm contribuído para tornar os peixes arredios está ancorada na assertiva dos pescadores de que as prospecções sísmicas emitem descargas elétricas de alta voltagem (que na verdade são sons), conforme o relato de Chamego:

*Apareceu um tal de chupa-cabra, um navio rebocador. Acabou de arrebentar tudo, a peixada que tinha. Ele passou pra procurar petróleo. A peruazada; dando choque na água toda; e vinha de longe gritando pra nós sair da frente. Nós tinha que sair da frente.*

Se o ambiente em Gargaú já sofria danos em virtude dos problemas anteriormente mencionados, a chegada dos efluentes lançados pela Cataguazes de Papel acabou com “os restos que a gente tinha, que isso hoje é os restinho”, segundo Aprígio, pescador do mar. Para alguns pescadores, o desastre promoveu uma queda na produção do pescado pela mortandade da fauna. Não restando muito o que pescar, os peixes capturados vão antes para as mesas das famílias gargauenses que para as feiras e mercados, como disse Vanderlei a propósito de uma de suas saídas para o rio:

*Pra nós aqui, ela [a mancha] nos prejudicou muito, de uma maneira que, de onde viesse lançando essa água que saiu, ela veio acabando com tudo, entre pastos, entre os mangues nossos aqui. Até sobre o caranguejo acabou com muito caranguejo. Prejudicou bastante. E até sobre a nossa pesca, ela foi prejudicada até no vender do peixe. Ficou mais difícil vender, porque ninguém queria dar crédito a nós, que dizia que essa água vinha com problema. Até chegaram dizer que essa água dava até câncer nas pessoas. Nesse ponto, então, no mar também, nós que somos pescadores de rio e do mar da localidade aqui de Gargaú, nós vivemos sobre o mangue também, participamos disso tudo. Então, prejudicou isso tudo. Nós pescava, deu um pouco de escassez dele e as vendas do camarão também prejudicou bastante. [...] A gente ainda tinha uma base, a gente chegava no rio trazia 20 quilos de peixe, 25, 30 quilos. Tinha até gente que pegava mais um pouco. O bagre, principalmente, tinha dia que a gente pegava até 50, 60 quilos de bagre. Hoje em dia quando a gente vai pegar 5 quilos dá trabalho, dá trabalho. Eu sou pescador de rio e mar. Nossa função aqui é essa: é rio, mar e caranguejo.*



*Não podemos parar. Ontem peguei pouquinho; negócio de 2 quilos só. Só pro consumo mesmo.*

A percepção dos prejuízos varia quando o assunto é o tipo de espécie que mais sofreu com os efluentes. Em geral, os peixes considerados “fracos”, isto é, aqueles que são exclusivamente do rio, foram também, segundo os pescadores, os que mais morreram e são os mais difíceis de encontrar atualmente<sup>10</sup>. Já os peixes que transitam entre o rio e o mar conseguiram escapar da mortandade ostensiva, refugiando-se nas águas salgadas. Em conversa com Aprígio e Chamego, esta diferenciação das espécies mais vulneráveis apareceu de maneira bastante didática, conforme os excertos transcritos abaixo:

*O peixe que sumiu menos foi o que aceita as duas águas: o robalo, a tainha, a tainhota. Esses peixe, ele aceita as duas águas. Aceita a água salgada e a água do rio. Já o xingó, o sairu, a traíra, o piau, esses não aceita as duas águas. São da água doce. Esses sumiu mais. Tem, não é de dizer que não tem – disse Chamego.*

*O bagre é o peixe mais fraco, mas teve [morreu] muito xingó. O robalo também morreu. Achou carapeba morta. Morreu muito peixe, muita raça de peixe. A água [a mancha] veio; aí na água o peixe veio correndo. [...] Quando chegou atingir aqui e a poluir tudo, não tinha pra onde o peixe, principalmente o piau; o piau de quantidade; que há muitos anos que ninguém via piaus; piau tinha muito; entrou pra dentro dos mangues aqui; entrou pra cá; o povo apanhou. Muita gente comeu o peixe. Se tiver que dar câncer vai dar em todo mundo, que muita gente comeu piau. Então, piau grande assim partiu pra lá. Só que no lugar, quando a água veio e bateu, a maré veio e prendeu. O peixe morreu não foi a água, porque faltou oxigênio. Então, no faltar oxigênio da água, a gente pegava peixe na mão; ficava com as boquinha aberta. Então, alguns que vai pro mar: o robalo, a tainha, a tainhota, a carapeba; tudo o mar aceita, ela desova no mar, na boca da barra, elas aceita a água. Agora: xingó, cumatã, piau, essas coisa, no mar, tá morrendo muito. Não aguenta água salgada. O peixe que foi pro mar, alguns recuperou e voltou pro rio. Agora os que morreu a gente não se sabe na beirada das praia – afirmou Aprígio.*

Portanto, segundo os pescadores, há uma variação na mortandade de peixes diante do desastre. Enquanto espécies do rio foram as mais “atingidas”, aquelas que

<sup>10</sup> A distinção entre peixes ‘fortes’ e ‘fracos’ parece atender a mesma distinção encontrada na divisão do trabalho por gênero entre as populações tradicionais. Ao homem, destinam-se as águas bravias e imprevisíveis do mar. Às mulheres, destinam-se as águas imóveis e previsíveis de lagoas ou de canais dos rios. Como afirma Silva: “Fica o homem associado ao mundo do mar, natureza dinâmica e imprevisível, à dimensão pública e à reprodução social; enquanto a mulher se destina ao privado e à reprodução biológica. É possível pensar-se que sobre essa diferenciação repousam também a origem da interdição da pesca marinha às mulheres, ao mesmo tempo que a elas é permitido acesso à lagoa” (SILVA, 2000, p.35). Os peixes naturais do rio, portanto, são ‘fracos’ como se pensa a respeito do sexo feminino, enquanto os peixes do mar são fortes como na concepção do gênero masculino. A distinção entre os peixes ocorre também em função de seu valor no mercado: os peixes ‘fracos’ (xingó, sairu, bagre, cumatã e piau, entre outros) são mais baratos. Os peixes ‘fortes’ (parati, tainha, cação, robalo, arraia e carapeba, entre outros) são de maior valor.

vivem no mar ou que transitam entre um e outro puderam, em parte, se safar<sup>11</sup>. Em tese, esta assertiva indicaria que os pescadores do mar não foram amplamente privados de seu meio de sustento e que os pescadores do rio, estes sim, tiveram seu ambiente laboral totalmente interdito e, por isso, sofreram prejuízos maiores que os demais. Esta indicação, como vou mostrar adiante, não se sustenta, no que tange à relação de ambos com o mercado. Mas, do ponto de vista natural, segundo os gargauenses, o ambiente marinho foi menos afetado que o fluvial, pelo fato de a ‘mancha’ ter-se diluído, numa extensão de cerca de 200 km a partir da foz. A respeito deste episódio, disse Rosalvo:

*O mar atingiu por cima só. Na beirada, eu até acredito que na barra, saiu tudo por baixo. Mas meia hora pra fora, não levou ao profundo do mar não. Porque a gente tira pelo mar mesmo: a água amarela que sai do rio quando o rio tá cheio, ela não mistura com a prata (do mar). Embaixo ela fica clarinha e em cima amarela. Tanto que a gente andando, a hélice do barco joga a água clara pra cima, dá pra ver. Pensando certinho, vê que não atingiu. A água passou por cima, por baixo não foi a mancha. [...] A densidade é diferente, a água do mar é mais fina, a água do rio sempre foi mais grossa e vai ser, não mistura. [...] A mancha saiu por cima. O vento tava sul. A água saiu por cima, passou por Barra [do Itabapoana], passou por fora, chegou até Guarapari. [...] Chegou até lá e misturou. Desmanchou a mancha.*

Apesar de conseguirem capturar alguns peixes no pós-desastre, principalmente do mar, pois, segundo Chamego, “na época, depois que a água passou deu muito peixe”, os pescadores de Gargaú viram a chegada da fome ao povoado. Impedidos, ao menos oficialmente, de pescar e comercializar o pescado, sobravam contas de luz, água, telefone e mercado para pagar. Mas as inadimplências seriam ainda maiores. Despesas com óleo diesel, com gelo e com o “rancho” (alimentação) tinham sido feitas, em virtude da proximidade da Semana Santa. Nada foi vendido, entretanto. Restou o sobressalto da dívida, num momento em que se contava com a prosperidade, como lamentou Amarildo:

*Pegou nós de surpresa. Pegou os pescador tudo endividado. Na hora de apanhar caranguejo, na hora de trabalhar mesmo, não podemos trabalhar. Pessoas aí que foram atingidas da água com dívida. Veja bem, nós aqui trabalhamos na água doce e nós contamos sempre com o verão, aonde os turistas desce pras praia. Nós podemos comercializar nossa mercadoria mais cara. Podemos vender mais cara. Depois que acaba o verão, nós aí temos que vender a mercadoria nossa barato. E o que aconteceu? Pegou numa fase difícil. Atingiu essa família toda. O povo chorava. Inclusive nós fomos pra beirada da praia. Vimos a maioria*

<sup>11</sup> Este fenômeno pode ter ocorrido com espécies de peixes sujeitas a diadromia, isto é, espécies que empreendem migrações entre o mar e as águas continentais, seja para a reprodução, seja pela oferta de alimento ou pela busca por locais de nidificação menos propensos à predação.

*dos robalo boiando, sem ter refúgio, sem poder sobreviver e não tinha jeito. Entraram alguns para o riacho pra tentar sobreviver; que esse riacho dá lá nos manguezais; e não teve jeito. Piau, muito piau. Peixe mesmo caro. A maioria dos peixe caro foi atingida. Robalo, carapeba, o camarão pitu.*

É comum ouvir em Gargaú afirmações como esta: “o pescador foi ofendido pelas águas” para designar o sentimento provocado pelo desastre. Ofender, segundo Houaiss (2001), significa cometer um “agravo, um ultraje, uma afronta” contra alguém. Mas significa, também, causar “dano físico” ou “lesão” pela violação de um “preceito” ou uma “regra”. Por isso, uma ofensa produz “sensação desagradável” ou “desgosto”. Ofender é, portanto, machucar. O derrame de efluentes no Paraíba significou todas estas agruras para os pescadores ao seccionar suas relações com o ambiente. Ofendidos na sua interação com o meio, porque dele foram privados; ofendidos, também, nas suas relações sociais, porque a confiança dos consumidores no pescado foi seriamente abalada, como veremos a seguir.

Há determinadas inclinações do pensamento moderno que identificam as populações ditas tradicionais como comunidades fechadas ou isoladas. O fechamento e o isolamento, no entanto, são invenções da própria modernidade que, para delimitar seus contornos, fabricou a tradição. Assim, a definição de uma sociedade tradicional deve atentar menos para a ideia de impermeabilidade do que para a noção de mudança constante por meio de relacionamentos com instituições modernas. A tradição é sempre relativa às possibilidades de incorporação e difusão de ‘produtos’ econômicos, simbólicos, políticos, etc., que têm tornado, para alguns pensadores contemporâneos, as culturas cada vez mais híbridas no mundo globalizado.

No Brasil, o referente de alteridade, o nosso ‘outro’, sempre foi o indígena – contraparte desde a colonização. O reconhecimento – principalmente por meio do registro antropológico e da autoidentificação de populações como, por exemplo, os *caiçaras paulistas*, os *jangadeiros nordestinos*, os *quilombolas* e os *pescadores artesanais* da costa litorânea ou as assim chamadas *populações tradicionais* – de outras alteridades tem demarcado novos campos tanto de intersecção quanto de conflito. É necessário, pois, conceituar as marcas de distinção destes vários *genres de vie* tradicionais em relação à sociedade moderna.

As *populações tradicionais* diferenciam-se, entre outros aspectos, pela forte interação com o ambiente – o território e os ciclos temporais –, a interpretação simbólica, mítica e ritual da natureza, o peso das relações de parentesco e compadrio, o extrativismo como atividade econômica e o manejo dos recursos naturais com a utilização de técnicas *simples*.

*Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria; em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. Culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas associadas à pequena produção mercantil (DIEGUES, 2001, p.24).*

Em Gargaú, a perspectiva de população tradicional apontada acima traduz menos os aspectos econômicos que as características socioculturais supracitadas. De fato, a associação e a dependência dos pescadores em relação ao universo natural se baseiam em saberes e técnicas locais de manejo do ambiente. Se “a pescaria tem um mistério”, como me afirmou um pescador, ele reside exatamente neste conhecimento acerca da natureza que determina, por exemplo, que as saídas para a pesca devam ocorrer de acordo com o vento Nordeste porque este aproxima o pescado da costa, ou que as “noites escuras” dão mais peixe porque as redes ficam menos visíveis n’água, ou que a “maré cheia” condiciona o retorno do mar porque o barco não pode encalhar na “boca da barra”. Também o trabalho não é mercadoria, no sentido capitalista do termo, já que o patrão do pescador é o mar, o rio”, embora alguns ‘trabalhadores da pesca’ vendam sua ‘força de trabalho’ aos donos de embarcações, que lhes pagam de acordo com a produção. Mas a ligação dos gargauenses com o mercado é mais estreita, no sentido moderno, do que “pré-capitalista”.

Embora os pescadores de Gargaú reconheçam que, em função do desastre provocado pela Cataguazesl, o ambiente tenha sofrido prejuízos, para eles, o dano maior foi o abalo da confiança dos consumidores em relação aos peixes.

*Não tinha saída de peixe, de caranguejo, de nada. Até que o caranguejo, ele não morreu. Mas o peixe morreu. Foi pouco os que não morreu. Mas o problema que ficou mais foi na venda. Depois que rompeu a água [a mancha] o pessoal não comprou. Ficaram com medo de comer. Aí, nós passamos imprensados. E até hoje a venda de peixe ainda está fraca – afirma Chamego.*

Nilson, pescador de rio e mar, declarou em uma de nossas conversas sobre as consequências do desastre para a comercialização do pescado:

*Sujeito vendia peixe. Agora, tinha dia que não vendia há uns tempos atrás lá em Campos. Ninguém acreditava na gente não. Ficava perguntando se tá limpo o bicho. Ficou ruim de tudo [a comercialização]. Vendia [no mercado] há uns tempos atrás. Agora parei, [por]que tava ruim. Tive*

*que parar. O negócio da água, aí. Tive que parar. Tem gente que não acredita não: que siri, esses troços, não tá poluído. A gente diz que não. A gente come, todo mundo viu. Mas a gente pergunta ao pessoal da cidade: podia vim a consequência [o câncer]; não logo no começo, mas sim pra frente; uns 4, 6 anos de doença sobre a água; que a química dela é muito forte. Foi difícil. Pra nós passar aqui esse período, vendo aquela água nossa como estava e como ela passou a ficar. Ficou muito feio, muito feio mesmo a água. Ela ficou pretinha, igualzinho café. Foi um drama, um drama ecológico mesmo.*

E Vanderlei ratificou a mesma ideia, lamentando a falta de “moral” (no sentido de crédito), que os pescadores sofreram em relação à confiança dos consumidores na salubridade dos peixes, após a tragédia:

*Nós fomos prejudicados, porque o peixe nosso saía daqui de nós mesmo, do nosso Paraíba, do nosso mar. Mas já pra fora, de Campos pra fora, o peixe não foi bem-vindo. [...] Aqui, pra nós, já abrangeu, aqui. E aqui nosso moral de vender o pescado, nós passamos a não ter mais. Impedidos de pescar. E quando pescava não vendia. E nossa conta era pequena. Sempre quando pescava era pouca coisa.*

O ponto de intersecção entre o *genre de vie* tradicional dos pescadores e os elementos característicos do modo de vida moderno revelou-se, exatamente, no momento de ruptura da confiança dos consumidores nos pescadores e peixeiros, quando então preferiram acreditar nos ‘sistemas abstratos’ criados por especialistas (biólogos, ecologistas, ambientalistas químicos, etc) que, no episódio do desastre, (in)formaram a opinião pública acerca das consequências do consumo de peixe.

Ora, o monitoramento da qualidade da água e dos peixes coube a esses *especialistas*, que, munidos da autoridade que lhes é atribuída, estabeleciam os ‘riscos’. E, com o respaldo de testes e laudos periciais, produzidos em laboratório, as autoridades executivas e jurídicas tomavam suas decisões, e os veículos de comunicação lhes davam ampla divulgação. Assim, parâmetros ‘aceitáveis’ de potabilidade da água e descontaminação dos peixes foram incorporados pelo senso comum como verdades indiscutíveis. O ‘sistema abstrato’ dos especialistas e de suas instituições determinou os ‘limites’ da confiança da população.

*Um especialista é qualquer indivíduo que pode utilizar com sucesso habilidades específicas ou tipos de conhecimento que o leigo não possui. Especialista e leigo têm de ser entendido como termos contextualmente relativos. Há muitos tipos de especializações, e o que conta em qualquer situação em que o especialista e o leigo se confrontam é um desequilíbrio nas habilidades ou na informação que – para um determinado campo de ação – torna alguém uma autoridade em relação ao outro (GIDDENS, 1997, p.105).*

Frente a determinados documentos científicos, no entanto, diante dos quais nos convertemos em ‘leigos’, preferimos tomá-los como ‘verdade formular’. Por isso, mesmo os pescadores ficaram temerosos quanto ao consumo do peixe, embora alguns tenham se alimentado dele. A menção ao câncer (em diversos enunciados) revela o grau de incorporação do discurso dos *experts*. O abalo sofrido pela credibilidade do produto foi, portanto, o prejuízo de maior monta. A recusa do consumo de peixe pela população do Norte-Fluminense fez com que os gargauenses passassem por momentos de grande dificuldade econômica, principalmente, ao longo do ano de 2003. Assim, seu *genre de vie* tradicional relaciona-se mais com os saberes, técnicas e práticas relativas ao universo natural e à articulação com seus ritmos, do que com alguma impermeabilidade ou isolamento em relação às instituições modernas, amplamente permeadas por ‘sistemas abstratos’ que, ao mesmo tempo em que tentam controlar o risco, contribuem para produzi-lo.

De fato, a falta de confiança dos consumidores que, guiados pelos laudos da *expertise*, preferiram mudar seus hábitos alimentares, revelou o quanto a ‘mercadoria’ – o pescado – produzida por aquela população dita tradicional insere-se no contexto das relações modernas, pois, se ‘a moral de vender o peixe’ foi abalada, como afirmou Vanderlei, a relação ou ‘dependência’ do mercado entre os gargauenses não é parcial, do modo como acredita Diegues, mas, sem dúvida, o ponto exato em que os pescadores se sentiram ‘ofendidos’.

Os peritos, embora tenham advertido a população para que não consumisse o pescado, realizaram mais testes na água que nos peixes e, nos veículos de comunicação, a interdição alimentar figurava como a prevenção de uma ‘epidemia’. Mas, depois que os 90 dias de proibição da pesca foram cumpridos e que a normalidade retomou a vida social do Norte-Fluminense, os mesmos peritos e veículos de comunicação não vieram a público notificar à população sobre as condições do pescado da região, como afirma Nilson: “Até hoje a gente não sabe se liberou. Engraçado é isso!”.

Assim, estratégias de convencimento dos consumidores, tal como acionadas pelos peixeiros e pescadores, não obtiveram sucesso. As bancas de peixe do Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes permaneceram ‘às moscas’, apesar da realização da ‘moqueca pública’ e da divulgação de que o peixe era proveniente de outras regiões não poluídas. Os gargauenses, que fizeram questão de exibir suas peixadas e caranguejadas aos turistas após o período de interdição da pesca, inclusive consumindo-as na presença destes, também não conseguiram vender seu produto. A Semana Santa, considerada o “natal” dos pescadores e peixeiros, foi um grande fiasco em matéria de vendas. Aquele ano também foi, neste sentido, marcado por “prejuízos” e “fracassos”.

As conseqüências do desastre perduram ainda na atualidade, sobretudo pela redução da fauna. Em todas as minhas conversas com os pescadores, não encontrei

definição mais apurada para a ideia de desigualdade ambiental do que a formulada por Vanderlei, quando afirma que o desastre:

*[...] tirou a liberdade do pescador de ter sua liberdade de pesca, sua liberdade de convivência melhor, no dia-a-dia; a sua liberdade de vender o peixe; de comercializar o peixe. A liberdade de viver melhor. Que tudo isso [o desastre] prejudica direto e tira a liberdade da pessoa. Não ter como você exercer sua função como você exercia antes. Tira a liberdade. E a gente olha aquelas coisa tão bela que antes tava; e você olhar do jeito que você pegou no dia-a-dia; você não ter liberdade de pegar um peixe pra você chegar, logo vender; você não ter liberdade de comer aquele peixe; comer com medo. Você não ter a liberdade de às vezes ouvir uma pessoa dizer assim: – pôxa! Eu comia peixe tão bem! Agora eu não posso comer mais. E, com tudo isso, prejudica.*

Essa ‘liberdade’ de que fala Vanderlei, refere-se ao direito inextricável de todo cidadão de desfrutar do ambiente que o circunda.

Se um dos objetivos deste trabalho é contribuir para a familiarização de perspectivas locais (nativas) quanto à tragédia da Cataguazes de Papel na arena pública, entendendo-se arena pública como “[...] arena argumentativa, onde os partidos políticos, as mídias, os grupos organizados e o poder executivo participam de um permanente processo de debate” (FUKS, 1999, p.29), o ponto de vista dos pescadores de Gargaú – a expressão de suas ‘ofensas’ como *uma* experiência – permite-nos alcançar um dos objetivos da Antropologia: a construção da ideia de humanidade plasmada pelas diferenças que nos tornam ora exóticos ora familiares uns em relação aos outros. Mas é exatamente esta alteridade dos pescadores de Gargaú, modelada pelo *genre de vie* tradicional, que está sendo ameaçada pela sua posição de desigualdade ambiental frente a desastres ambientais da magnitude do ocorrido em 2003. Privados de seu meio de trabalho, ficaram sujeitos a políticas públicas distributivas que, ao invés de aplacarem o drama, geraram outros conflitos.

A pergunta “dar o peixe ou ensinar a pescar?”, popularizada pelo senso comum quando se discutem políticas públicas, costuma alimentar debates acirrados em diversas situações sociais. Provavelmente, porque o peixe e a vara de pesca são alegorias bastante ilustrativas das possibilidades de ação do Estado no contexto social, seja pelas vias do assistencialismo, seja pela implementação de projetos de crescimento de potencial econômico, educacional, político, cultural, ambiental, etc. Independente dos mecanismos escolhidos pelo poder público, toda política social tem por finalidade intervir no hiato derivado das desigualdades, alocando e distribuindo valores em duas situações principais: quando os indivíduos perdem a capacidade de obter renda suficiente para a manutenção de suas necessidades ou quando os indivíduos perdem a capacidade de obter renda suficiente em situações transitórias.



Assim que a pesca foi interdita nas regiões atingidas pela ‘mancha’, iniciou-se uma operação de cadastramento dos pescadores visando ao recenseamento dos mesmos, para posterior pagamento do seguro desemprego. O cadastro, no entanto, foi utilizado antes para a distribuição de ‘sacolões’ do que para o pagamento do benefício, pois, seu recebimento ficou restrito aos que, há três ou mais anos, tinham se incorporado ao órgão representativo da classe – as colônias de pesca – sob a alegação do Estado de que estes eram, de fato, os ‘verdadeiros’ pescadores artesanais. Aqueles que não estavam devidamente institucionalizados não foram reconhecidos pelo ofício que exerciam, sendo, pois, privados do ressarcimento que lhes cabia. A estes e às suas famílias foram destinadas cestas básicas que, de acordo com o imperativo da dádiva (o estabelecimento de uma relação), tornaram-se os objetos da gramática relacional do clientelismo.

A partir de recursos concedidos pela União e pelo governo estadual, a prefeitura de São Francisco do Itabapoana distribuiu aos pescadores os ‘sacolões miudinhos’, que ‘não deram pra nada’, num episódio que transformou o desastre ambiental num palco da política local. Se, no paradigma da dádiva, dar implica em retribuir, a entrega das cestas básicas, automaticamente, revelou-se como um instrumento de alianças e clivagens políticas, por meio da transformação dos gargauenses em possíveis clientes. Assim, os pescadores tiraram fotos com o prefeito, ouviram seu discurso e receberam ‘santinhos’ no momento de entrega dos ‘sacolões’. De fato, a política de caráter assistencial operada durante o desastre abriu fendas na formação dos grupos, as quais, no palco político local, acirraram a crise. Enquanto alguns receberam as cestas, outros ficaram de fora da ‘ajuda’. Segundo Nilson: “E botaram reunir os pescador todinho. Ficou a gente no barracão. De manhã cedo até a noite. Dizendo que ia arrumar negócio de ‘sacolão’, de cheque. Não arrumou nada. Chegou nada”.

Sem dúvida, um drama social pode revelar muitas coisas à medida que envolve diferentes grupos e indivíduos. Dar o ‘peixe’ e recebê-lo significou o desencadeamento de conflitos generalizados a partir de contendas individuais. Uns tornaram-se clientes da política local, alguns criticaram-na e, outros ainda, a exemplo do depoimento abaixo, feito por um pescador, responsabilizaram a colônia pela atitude parcial do Estado que não contemplou a todos com o benefício do seguro-desemprego:

*Foi difícil. Foi muito difícil. Porque, como eu disse a você, nós não tivemos crédito. Não tivemos ajuda praticamente de ninguém. Nós não conseguimos obter ajuda. Porque deu um período até de dar um salário. Mas não é todo pescador que apanhou. Então aqueles que não puderam [receber o benefício] passaram aperto. 10% só que veio [receberam]. Só quem tava certinho [com a documentação da colônia]. Até pra mim mesmo; que eu tenho vinte e poucos anos de caderneta; trabalho de mar; eu não recebi. Porque selecionaram pessoas. A própria colônia. A colônia selecionou.*

A atuação do Estado em relação aos pescadores revelou, neste sentido, a falta de eficácia do poder público, quando optou, exclusivamente, por uma política distributiva, a qual contribuiu para a eclosão de novos conflitos. As ações assistenciais são válidas e importantes em situações emergenciais, mas, quando abrem caminhos para relações clientelistas e desarticuladas com outras políticas, tendem a não alcançar as metas esperadas.

Poder-se-ia, também, estender esta crítica quanto à ineficiência na liberação da água após o desastre, pois, não havendo um sistema alternativo de abastecimento, os representantes das diversas agências estatais, baseados em laudos produzidos, em sua maioria, por laboratórios dos seus próprios órgãos públicos, aprofundaram a potabilidade das águas para acelerar o retorno à normalidade. Como essas análises fossem questionadas por setores da sociedade organizada, tal atitude dos governantes acabou por inaugurar novas crises.

Esta breve análise da atuação do Estado, tanto em relação às políticas empregadas em favor dos pescadores, quanto às ações desempenhadas em favor da liberação da água, revela que o desastre da Cataguazes tornou-se uma verdadeira projeção de deficiências, entre elas:

- a inexistência de um sistema nacional de emergências ambientais, com equipes preparadas e disponíveis para imediata atuação em situações de tragédia;
- a falta de um sistema de informação interestadual sobre potenciais riscos ambientais (o estado do Rio de Janeiro sequer tinha conhecimento da ameaça potencial que representava a barragem da Cataguazes de Papel);
- a ausência de mecanismos de auditoria ambiental obrigatória, financiados pelas próprias indústrias potencialmente poluidoras e realizadas por instituições independentes do Estado (caso uma auditoria tivesse sido realizada, se descobriria que a licença da Cataguazes estava vencida e o risco potencial do estouro da barragem tornar-se-ia patente).

Estas deficiências do poder público permitem que indústrias nacionais e estrangeiras continuem a utilizar os meios e recursos naturais brasileiros como depósitos dos resíduos resultantes do processo de produção. Além disso, ratificam uma política ambiental (ou a ausência dela) que permite aos estados e municípios concederem licenças e incentivos fiscais, em favor de um 'desenvolvimento' que, a médio e longo prazo, promove a desregulamentação social e ambiental, colocando, tanto as populações das periferias urbanas, quanto as populações tradicionais, em evidente desigualdade na partilha dos riscos.

Assim, se para a população do Norte-Fluminense a poluição das águas, e sua consequente interdição, foi o mote das dificuldades daqueles dias, dos conflitos, dos temores, enfim, do próprio drama daqueles dias, para os pescadores, o problema fundamental derivado do desastre foi o fato de se verem privados do seu meio de trabalho, fato que os tornou, sem dúvida, o grupo social mais vulnerável e mais prejudicado nesta experiência negativa do extraordinário. Por se encontrar a pesca artesanal em Gargaú em plena decadência, dados os problemas ambientais e o próprio exercício predatório, muitos pescadores afirmam preferir trabalhar em indústrias a persistir numa atividade que, a cada dia, traz menos retorno material. Seu modo de vida tradicional, neste sentido, começa a receber os respingos de uma modernidade que não consegue garantir um horizonte mínimo de sustentabilidade, isto é, que não sustenta o uso dos recursos naturais no presente sem o comprometimento de seu uso pelas gerações futuras.

### **Referências**

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, Rinaldo S.V. (Org.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. São Paulo. USP, 2001.

FUKS, Mario. Arenas de ação e debates políticos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992). Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

GEORGE, Pierre. Dictionnaire de la Géographie. França: Presses Universitaires de France, 1970.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAMEGO, Alberto R. Muxuango e Mocorongo. In: \_\_\_\_\_. A planície do solar e da senzala. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro & Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1996.

MAIA, Rita M. A. O rio da minha aldeia. Campos dos Goytacazes: Cefet, 2003.

MANSANO, Candice Filipak. Tensões entre executores de leis ambientais e caiçares: troca ou imposição de saberes? 1998. Dissertação (Mestrado) - Unicamp. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação Faculdade de Educação. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação (DECISAE), 1998.

MELLO, Marco. A.; VOGEL. Arno. Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá, RJ – 1975 a 1995. Niterói: EdUFF, 2004.

RESENDE, Carlos E. *et al.* Heavy metals in sediments of the lower Paraíba do Sul river and estuary, RJ, Brazil. Bulletin of Environmental Contamination and Toxicology, Springer-Verlang: New York Inc., 1999.

SILVA, Gláucia O. de. Tudo que tem na terra tem no mar: a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Funarte, 1989.

SILVA, Gláucia Oliveira da. Água, vida e pensamento. Um estudo da cosmovisão entre trabalhadores da pesca. *In:* Diegues, Antônio Carlos. A imagem das águas. São Paulo: Hucitec: USP, 2000.

SOUZA, Bernardino J. Onomástica geral da geographia brasileira. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1927.

VIDART, Daniel. Para uma epistemologia del ambiente. *In:* \_\_\_\_\_. Filosofia ambiental, epistemologia, praxiologia, didactica. Bogotá: Editora Nova América, 1986.